

# Radicalismo na Constituinte preocupa Planalto

O presidente Sarney quer uma solução conciliatória para as divergências na Ordem Econômica



Bancada do DF pressiona Richa: quer eleger governador e não prefeito

## Richa admite rediscutir a autonomia

"Eu me rendo à bancada do Distrito Federal para rediscutir a questão", declarou ontem o senador José Richa (PMDB-PR), após mais de uma hora de acalorada discussão com deputados e senadores de Brasília a respeito de suas ideias sobre a autonomia da capital.

Richa quer que o cargo de governador seja substituído pelo de prefeito, pensa que a Segurança Pública e o Poder Judiciário devem ser mantidos sob o controle da União. A bancada mantém-se coesa e não aceita qualquer dessa posições.

### INACEITAVEL

Para os parlamentares do DF, o retorno do Executivo à condição de prefeito é um retrocesso inaceitável. Quanto ao Judiciário, não há meio-termo, o que talvez possa acontecer em relação à Segurança Pública. Richa argumenta, neste último caso, que haveria um grande ônus para a sociedade, já que aqui se tem de tratar também da segurança dos três poderes e do corpo diplomático.

Parlamentares, entre os quais Valmir Campelo (PFL), acham que a União deve contribuir com recursos, mas a responsabilidade de pela área tem de permanecer com o GDF.

### TERMINOLOGIA

Há uma solução intermediária, se ficar claro que a questão é apenas de terminologia, quanto ao Executivo. O deputado Jofran Frejat (PFL) sugeriu que se crie a figura do governador-distrital, semelhante à do governador-territorial, já incluída nos planos do relator da Comissão da Organização do Estado. Ao menos a respeito da recriação da prefeitura do DF, o caso não é só de nome: obviamente, um governador tem diferente do de um prefeito.

Outro ponto de atrito é a instalação de uma Câmara, ao invés de Assembleia Legislativa, que reduziria os futuros legisladores de Brasília à condição de vereadores. O que está proposto e foi aprovado na Subcomissão da União, do Distrito Federal e dos Territórios é a Assembleia Legislativa, que seria incumbida inclusive de elaborar a Lei Orgânica do Distrito Federal, da qual poderia constar virtualmente a emancipação das cidades-satélites. A tese de Richa no mínimo dificultaria uma iniciativa deste tipo.

### COESÃO

A bancada do DF deixou a reunião dizendo-se coesa em torno da proposta inicial. O deputado Augusto Carvalho (PCB) informou que Sigmaringa Seixas (PMDB) fará uma nova proposta se considerar que há algo que possa ser alterado. Em princípio, Richa deverá receber hoje a manutenção das pretensões dos deputados e senadores de Brasília, talvez com o acréscimo do termo distrital à palavra governador. Ele aprontará seu relatório quinta-feira.

A reunião de ontem teve uma visita no mínimo surpreendente, a do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que permaneceu por cinco minutos na sala do relator José Richa. Ao se retirar, Tuma disse que fora dar sugestões a respeito da Segurança Pública — em geral, não especificamente sobre o DF. Deputados confirmaram esta versão.

## A autonomia do Distrito Federal

CARLOS CASTELLO BRANCO

O governador de Brasília, Sr. José Aparecido de Oliveira, reassumiu o seu posto, de volta de uma excursão de serviço pelo exterior, com um problema a mais, e dos mais delicados, a somar-se ao acervo dos problemas administrativos da capital da República. Trata-se da aprovação pela Comissão do Distrito Federal, da Assembleia Constituinte, da proposta de dar autonomia ao município e eleger em 1988 seu governador e uma assembleia legislativa.

Pessoalmente, o governador definiu-se pela autonomia da capital no seu discurso de posse, numa hora de euforia na qual prevaleciam os compromissos liberais. Ele deve manter-se em princípio fiel à tese, mas acontece que o governo a que serve, em especial o presidente José Sarney, encara com a maior reserva a reivindicação político-eleitoral dos representantes do Distrito Federal. A velha discussão em favor da autonomia, que percorreu toda a vida política do Rio de Janeiro quando capital, teve apenas um momento de favorabilidade da tese liberal. Em 1934 a Constituição então votada estatuiu a autonomia e a Câmara Municipal elegeu o primeiro prefeito da cidade, o famoso Pedro Ernesto, que alguns meses depois seria preso como implicado na revolução de 1935 e deposto. Seu substituto foi o presidente da Câmara, o padre Olimpio de Melo, e a antiga capital jamais voltou a ter administrador eleito, a não ser quando perdeu o status de capital e se transformou no Estado da Guanabara. O primeiro governador eleito foi Carlos Lacerda, que realizaria importante obra administrativa.

O problema, que durante décadas existiu também em Washington, onde terminou por prevalecer a reivindicação do prefeito eleito, vai ressurgir com todo o peso em Brasília, dadas as condições especiais da capital brasileira. Construída há 27 anos para sediar o governo da República, a qual pretendia se ver livre das pressões de opinião pública e da força armada concentrada no Rio de Janeiro, nasceu sob o signo da subordinação ao Governo Federal que se instalaria no seu espaço, por seus três poderes, e ali hospedaria, como hospedou, a totalidade da representação diplomática estrangeira.

Brasília sofre, contudo, dos mesmos problemas de insegurança do Rio de Janeiro, agravados pelos amplos espaços de difícil controle por uma força policial limitada e mal aparelhada como costumam ser os serviços públicos locais do País. A Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três

Poderes são amplos espaços ocupados por populações informadas ou reivindicantes. O governo sente carência de segurança, pois os fatos têm demonstrado, desde a revolução dos sargentos em 1963, que a cidade é vulnerável aos excessos da tropa e da população. A chamada Ilha da Fantasia vira-se numa ilha de pániolos, acessível nos seus amplos palácios ao assédio de massas nem sempre controláveis sem o recurso a meios violentos.

O general Nini chibateando automóveis é apenas uma imagem da instabilidade da cidade nos momentos de confrontação política, assim como as galerias da Câmara, tomadas pelas tropas de Taguatinga (os candangos) mobilizados pela esquerda populista, se transformavam rapidamente no principal instrumento de dissuasão da dupla Jango-Brizola nos meses que precederam o golpe militar de 64. Quem funciona politicamente em Brasília percebe facilmente a existência desse problema e sua resultante: a necessidade de sentir-se seguro o Governo Federal pela proteção do escudo militar do setor urbano ocupado pelo Exército.

A essas razões acrescenta-se a circunstância de que a cidade não dispõe de autonomia financeira. Seu custeio é assegurado com 64% dos recursos oriundos dos cofres federais, o que aparentemente dá à União o direito de gerir ou de fiscalizar a aplicação desses recursos, embora a cidade seja dotada de órgão de controle supervisionado pelo Senado Federal.

O fato é que o presidente José Sarney e o sistema de forças em que se apoia não assimilaram a ideia de ter em Brasília um governador eleito pelas populações carentes das cidades-satélites condicionadas por uma assembleia local que facilmente reproduziria o modelo da "gaiola de ouro", que tornou irrisível o Legislativo municipal do antigo Rio de Janeiro. O governador José Aparecido terá de encarar essa realidade e comportar-se em consonância com as decisões políticas do governo que integra. Empenhado na solução de problemas básicos acumulados ao longo de anos de má gestão — circunstância que o leva a chocar-se com interesses criados —, deverá a partir de agora comandar na cidade a resistência pela campanha em favor da conquista da autonomia de uma cidade ainda inacabada, gerida por recursos federais, mas com uma população facilmente manejada pela fantasia de um estado de liberdade.

Transcrito do Jornal do Brasil de 28/5/87

## Polícias unidas, o lobby de Tuma

Pelos ecléticos corredores da Assembleia Nacional Constituinte, transitou ontem um lobista de porte: o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que está dando sugestões aos relatores em sua área e acompanhando os trabalhos. A Polícia Federal quer garantir, por exemplo, a possibilidade de convênios com as polícias civis e militares quando tiver de agir em áreas onde não está suficientemente estruturada, informou Tuma.

Ele não considera que esta seja matéria constitucional, mas teme o surgimento de alguma norma que impeça a legislação ordinária de possibilitar e normalizar estes convênios.

## Frejat é contra armas nucleares

"O Brasil se compromete a não fabricar, usar, manter ou estocar armas nucleares" — segundo proposta apresentada ontem na Comissão de Organização do Estado, de autoria do deputado Jofran Frejat (PFL-DF).

Para Frejat, que presidiu a Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, o Brasil cresce no conceito mundial por pregar e praticar a paz em suas relações com outros países, na medida em que seu povo acredita que a violência gera a violência e que a guerra moderna é uma luta de extermínio. Na sua opinião, o Brasil é um País pacifista, que não reconhece a conquista de territórios ou outras realizações por meio da guerra. Daí renunciar à guerra para resolver conflitos de soberania.

Para ele, tais postulados devem ser inscritos na nova Constituição para evitar que o País gaste em pesados investimentos bélicos o que deveria aplicar na solução dos graves problemas econômicos e sociais enfrentados pelo povo brasileiro.

A preocupação do PMDB pela acentuada radicalização verificada nos textos constitucionais aprovados nas subcomissões temáticas da Comissão da Ordem Econômica ganhou mais um forte aliado. Em recentes conversas com políticos mais próximos, entre eles, o senador Edison Lobão (PFL-MA), o presidente José Sarney quer que o partido encaminhe uma solução que neutralize o radicalismo e avance em um projeto de Constituição que atenda aos interesses econômicos do País.

A maior preocupação de Sarney é com relação ao conceito jurídico para a criação da empresa nacional. De acordo com o artigo nº 3 do texto aprovado na Subcomissão de Princípios Gerais, será considerada nacional aquela empresa constituída pelas leis brasileiras e com sede no País. Não foi incluído, que os poderes acionário e decisório têm que estar em mãos de nacionais. Na visão do Presidente, a empresa brasileira ficou à mercê de um processo de desnacionalização irreversível.

Além desse, mais dois artigos aprovados pela maioria da Subcomissão de Princípios Gerais não agradaram ao Presidente da República: o do monopólio estatal do petróleo e materiais fósseis; e a permissão para que tanto empresas públicas quanto privadas explorem minérios em faixas de fronteira e em terras indígenas.

### NEGOCIAÇÃO

O relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), também é contra a definição de empresa nacional aprovada no texto constitucional. "Acho uma importância não do mundo, o Estado teve um papel importante nesse desenvolvimento. Qualquer parlamentar do Nordeste sabe que não há como reduzir os desequilíbrios regionais se não for através de uma ação do Governo. Isso é coisa de elementar bom-senso".

conceito de empresa brasileira, já apresentou uma emenda que estabelece que o capital votante tem que ficar em mãos de brasileiros, natos ou naturalizados. Para Severo Gomes, a emenda apresentada por Delfim Netto já identifica uma disposição à negociação, que foi possível na Subcomissão de Princípios Gerais.

Outra modificação possível, na opinião de Severo Gomes, é quanto à presença do Estado na economia. Em seu anteprojeto, ele pretende defender uma maior participação estatal em setores em que o Estado pode ajudar a iniciativa privada. Ressaltou que se o Brasil é hoje a oitava economia do mundo, o Estado teve um papel importante nesse desenvolvimento. "Qualquer parlamentar do Nordeste sabe que não há como reduzir os desequilíbrios regionais se não for através de uma ação do Governo. Isso é coisa de elementar bom-senso".

## Amaral propõe pena de morte

Com o reforço de pesquisas de opinião pública que mostraram ser a população favorável a esse instituto no País, o líder do PDS, deputado Amaral Neto, reapresentou ontem a Comissão de Garantias do Homem e da Mulher uma emenda propondo a instituição da pena de morte, que deverá ser objeto, se aprovada na Constituinte, de um plebiscito realizado 120 dias após a promulgação da nova Carta.

Segundo a proposta, "não haverá pena de morte, prisão perpétua, de banimento, ou de confisco, salvo quanto à pena de morte, nas hipóteses de lei militar, em tempo de guerra externa, de assalto, roubo, seqüestro e estupro, seguidos de morte. A lei assegurará ao acusado a mais ampla defesa, atribuindo efeito suspensivo aos recursos interpostos para as instâncias ordinárias e extraordinárias e ao pedido de indulto feito às autoridades competentes".

## "Desaparecido" dá explicações

O deputado Benedito Monteiro (PMDB/BA), que teve de ser apanhado de Jatinho em Belém para votar na Subcomissão da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, justificou-se ontem ao plenário da Câmara e à Comissão de Ordem Econômica e explicou, na sessão plenária, à Assembleia Nacional Constituinte. "Motivos de saúde e de apreensões que cercaram a minha família impediram-me de estar aqui", disse ontem, apelando à imprensa para que dê a justificativa espaço equivalente ao que foi dado a seu desaparecimento dias atrás.

Segundo o deputado, a imprensa ora atribuiu a ele a oportunidade de assumir o Ministério da Reforma Agrária, ora especulava que estivesse "comprado" pela UDR (União Democrática Ruralista).

## Ampliado prazo para entrega de relatórios

Atendendo a reclamações de parlamentares de todos os partidos, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, resolveu conceder um prazo extra de dois dias após a entrega dos substitutos pelos relatores das Comissões temáticas, no próximo dia 8, para que os membros dessas comissões possam apresentar emendas sobre os relatórios antes de passarem à fase de discussão e votação. Mas ele frisou que nem o regimento interno da Constituinte, nem o seu cronograma serão alterados, já que a entrega dos substitutos aprovados deverá acontecer, impreterivelmente, na Comissão de Sistematização na data fixada anteriormente, em 15 de junho.

O regimento não vai ser alterado, apenas reinterpretado — explicou Ulysses Guimarães.

De acordo com o regimento, à 0h de hoje seria o último prazo para o encaminhamento de emendas pelos relatores, antes do dia 15 de julho, quando deverá chegar ao plenário da Constituinte o primeiro anteprojeto constitucional elaborado pela Comissão de Sistematização, a partir dos oito substitutos os nascidos das discussões nas comissões temáticas. Com essa nova interpretação do regimento, dada pela Mesa Diretora da Constituinte, os membros das comissões terão mais uma chance de emendar o substitutivo, já conhecendo o texto final dado pelos relatores, que ganharão também mais dois dias para analisar as emendas e fazer a redação final para votação.

Esta solução foi recebida com satisfação pelos relatores, que temiam um cli-

ma de confronto e impasse na fase de discussão e votação dos substitutos nas comissões. O deputado Adolpho de Oliveira, líder do PL e membro da Comissão de Sistematização, considerou que a dilatação do prazo para o encaminhamento de emendas aos substitutos irá evitar a radicalização, permitindo que os relatórios sejam aprovados sem muita mutilação. "A concessão desses dois dias virá corrigir uma distorção do regimento da Constituinte que foi muito ínteloz ao não prever a oportunidade de emendas aos substitutos".

Mesmo que não houvesse a dilatação dos prazos, alguns relatores já haviam encontrado uma solução extra-oficial, divulgando os rascunhos do substitutivo com antecedência para que ele pudesse ser emendado na comissão.

A PARTIR DE 1º DE JUNHO, CADA LOTE DE 1.000 AÇÕES SE TRANSFORMA EM UMA AÇÃO.

# Com quantas ações você vai ficar?

A cotação das ações nas Bolsas de Valores vai deixar de ser apregoada em lotes de 1.000 e, a partir de 1º de junho, cada ação terá sua cotação unitária em cruzado. Essa mudança é decorrência de mudança anterior, quando a moeda nacional passou a ser o cruzado.

Exemplo: com o cruzado, uma ação que valia Cr\$ 1 (um cruzeiro) passou a valer Cz\$ 0,001 (um milésimo de cruzado), padrão monetário inexistente.

Por isso, a Comissão de Valores Mobiliários, depois de ouvir as instituições privadas do mercado de capitais, determinou o grupamento de todas as ações das companhias abertas na razão de 1.000 por 1.

Na prática, como o capital social também é dividido por 1.000, a parte do capital pertencente a cada acionista permanece a mesma.

### O QUE VAI ACONTECER COM AS FRAÇÕES INFERIORES A 1.000 AÇÕES?

Lotes redondos de 1.000 ações serão naturalmente transformados em uma ação. Se as ações que você possui, hoje, não compõem um lote redondo de 1.000 ações, procure a companhia emissora para saber que procedimento ela adotará quanto às suas ações. Anote os casos mais frequentes:

- a) a companhia lhe paga o valor de mercado pelas frações de ações;
- b) a companhia arredonda para mais o seu lote, sem qualquer despesa para você. Poderá haver outras alternativas, todas atentas aos direitos dos acionistas. Certamente vai ocorrer uma troca de cautelares representativas das ações ora em transformação.

Essa troca deverá ser efetuada por ocasião do exercício de direitos, da negociação em Bolsa ou por iniciativa espontânea do acionista, se ele assim o desejar.

### ESSA MODIFICAÇÃO ELEVARÁ O VALOR DO LOTE NEGOCIADO EM BOLSA?

Não, por duas razões. Em primeiro lugar, as Bolsas de Valores, a partir de 1º de junho, admitirão a negociação de lote de uma (1) ação.

E depois, porque as companhias cujas ações ficarem com valores unitários demasiadamente elevados farão desdobramentos visando a liquidez.

## CODIMEC

Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais

ABAMEC/RJ — ABAMEC/SP — ABRASCA — ADEVAL — ANAAI

ANBID — BOVESPA — BVRJ — CNBV — CVM

## AÇÃO

## KARAOKÊ GROG

O SUCESSO DAS TERÇAS-FEIRAS DE BRASÍLIA!!!  
\* Sem convite \* Sem consumo mínima  
\* Sem couvert artístico



SENSACIONAL  
Dias 5, 6, 12 e 13  
Conjuntamente  
"OS CULT ADORES"  
GROG QI-11, Lago Sul  
fone: 248.5641

**5ª FEIRA, 4 DE JUNHO, COMEÇA A RODAR UM NOVO VEÍCULO.**

ACOMPANHE NO CORREIO BRAZILIENSE